

The background is a photograph of a calm lake under a blue sky. On the right side, there is a white, conical tent on a grassy area. In the foreground, a series of white geometric lines form a complex, star-like pattern over the water. The text 'ASSEMBLEIA MUNICIPAL' is written in large, bold, white capital letters at the bottom right.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.06.2012

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA - JUNHO DE 2012

Execução do Orçamento da Receita > 33,5%

Corrente > 42%

Capital > 25%

Execução do Orçamento da Despesa (paga) > 28%

Correntes > 31%

Capital > 26%

Execução do Orçamento da Despesa (comprometida) > 59%

Correntes > 60%

Capital > 58%

ENDIVIDAMENTO PASSIVO

PASSIVO	JANEIRO 2012	JUNHO 2012
Passivo MLP	€14.996.366,94	€15.540.084,95
Excecionado	€6.097.433,94	€5.859.213,62
Não excepcionado*	€8.898.933,00	€9.680.871,33
Serviço da Dívida (desde 1 janeiro)	—	€831.329,74
Passivo Curto Prazo	€5.670.159,30	€2.817.290,45

***Inclui empréstimos BEI, arrecadado em março.2012**

ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Dívida Curto Prazo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Dívida Curto Prazo	M€5,6	M€5,1	M€5,5	M€4,1	M€2,9	M€2,8
Dívida Vencida LCPA (> 90 dias)	M€0,41	M€0,41	M€1,4	M€1,5	M€1,9	M€1,0
Resumo Diário de Tesouraria: 28.junho.2012	—	—	—	—	—	M€2,6
_Montante reservado para pagamento empreitadas	—	—	—	—	—	M€1,5
_Operações Tesouraria	—	—	—	—	—	M€0,1
_Outros Montantes	—	—	—	—	—	M€1,0
Recebimentos em Atraso	M€0,72	M€0,71	M€0,73	M€0,74	M€0,74	M€0,60

QREN

2007//2013

**Empreitadas em curso ou em fase de conclusão:
ponto de situação da execução financeira**

Obras	Total Empreitadas
Empreitada	€15.099.117,88
Executado	€13.942.095,12
P/ Executar	€747.654,55
Faturado p/ Pagar	€1.248.328,97
FEDER a receber*	€2.618.115,58

***Inclui montante a transferir p/ DREL (Escola Miguel Almeida)**

CE Rio Moinhos; CE Alferrarede; CE Bemposta; Escola de Tramagal; Mercado Diário; Centro Acolhimento; Aquapolis - Sul; Escola Miguel Almeida; Arruam. Miguel Almeida; Arruam. CE Alferarrarede; Mercado - Empenas; Miradouro e Cais Tramagal; Cais Rio Moinhos e EN2 - Troço Arrifana.

QREN

2007//2013

**Pedidos de Reembolso apresentados
a aguardar comparticipação:**

Feder recebido em 2012	€1.781.405,43
Feder a receber	€724.196,02
Contratualização	€713.181,57
Pedidos pagamento	€505.288,29
Encerramentos e tx. 85%	€207.893,28
Mais Centro - Outros	€0,00
POVT	€0,00
POPH	€11.014,45
PRODER	€0,00
DREL	
Escola Miguel Almeida	€615.868,46
TOTAL	€1.340.064,48

OUTROS

Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos

N.º de apoios atribuídos > **49**
Valor aprovado > **€38.753,38**
Valor pago > **€30.224,97**

Transferências

Freguesias > **€414.510,11**
Apoio Associativismo > **€470.551,46**

LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Lei n.º 12/2012, de 21 de fevereiro
Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Entidades da administração local abrangidas

Municípios
Juntas de Freguesia
Serviços Municipalizados
Empresas Municipais não mercantis
Comunidades Intermunicipais
Instituições s/ fins lucrativos da adm. local

LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Principais implicações na gestão:

Assunção de compromissos dependente da existência de fundos disponíveis

Compromissos ➤ obrigações de efectuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens ou serviços. Corresponde à emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou requisição externa, contrato, acordo, protocolo;

Fundos disponíveis ➤ verbas disponíveis a muito curto prazo. A fórmula de cálculo varia em função da existência de pagamentos em atraso;

LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Principais implicações na gestão:

Compromissos plurianuais > compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico. A sua assunção está sujeita a autorização prévia da AM;

Inexistência de fundos disponíveis implica um bloqueio à assunção de qualquer outro compromisso até que os que foram assumidos sejam pagos;

Tal significa a obrigatoriedade de saneamento total das contas no ano 2012 e, ainda, uma poupança de 25% de receita própria efetiva;

A execução orçamental não pode conduzir a que, no final de cada mês, os pagamentos em atraso sejam superiores ao registado no mês anterior;

LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Principais implicações na gestão:

Não estando previstas exceções o cumprimento da lei determinará que as autarquias não possam sustentar o normal funcionamento dos serviços;

Responsabilidade ➤ os titulares de cargos políticos, dirigentes ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação da lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar, financeira, sancionatória e/ou reintegratória;

Dever de informação ➤ as autarquias procedem, mensalmente, ao registo da informação sobre fundos disponíveis, compromissos assumidos, saldo inicial das contas a pagar, movimento mensal e saldo a transitar para o mês seguinte e pagamentos em atraso no suporte informático da DGAL;

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Temáticas abrangidas:

Programa de Apoio à Economia Local;

Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);

Reforma da Administração Local.

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Programa de Apoio à Economia Local:

Disponibilização de uma linha de crédito até ao montante de 1.000 milhões de euros para pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012;

Taxa de juro - correspondente à aplicada República Portuguesa, acrescida de 1,5 pontos base;

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Programa de Apoio à Economia Local:

Condições de adesão - os municípios aderentes são enquadráveis em 2 grupos:

Grupo I > municípios que se apresentavam em situação de "Desequilíbrio Financeiro Estrutural", a 31 de dezembro 2011 (53 municípios) - Programa I;

Grupo II > municípios com "Desequilíbrio Financeiro Conjuntural" e "restantes municípios". - Programa II. Abrantes aparece no grupo dos "restantes municípios".

Condição prévia de candidatura - desistência de qualquer processo judicial em que o município tenha demandado ao Estado ou interposto providência cautelar em áreas ou matérias abrangidas pelo memorando;

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Obrigações a que ficam sujeitos os municípios aderentes:

Programa I - medidas mais relevantes

Redução da despesa > redução de pessoal; redução, suspensão e eliminação de aquisições de bens e serviços correntes e de capital; suspensão de protocolos com juntas, associações e outras colectividades locais; racionalização de actividades e eventuais encerramentos de equipamentos e infra-estruturas que levem à diminuição dos custos de funcionamento, salvaguardando apenas serviços públicos essenciais; regulamentos rigorosos sobre utilização de comunicações, viaturas e outros bens municipais;

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Obrigações a que ficam sujeitos os municípios aderentes:

Programa I - medidas mais relevantes

Aumento da receita ➤ fixação de taxas máximas de IMI, derrama, bem como da participação no IRS; maximização dos preços cobrados no âmbito dos tarifários (saneamento, água, resíduos); otimização das taxas cobradas; aperfeiçoamento dos processos de aplicação de coimas e de execução fiscal; venda de património;

Outras medidas ➤ submissão dos documentos previsionais e eventuais revisões a apreciação técnica da DGAL antes da sua aprovação pela AM

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Obrigações a que ficam sujeitos os municípios aderentes:

Programa II - medidas mais relevantes

Simplificadas face ao Programa I ➤ racionalização de actividades, salvaguardando apenas serviços públicos essenciais; regulamentos rigorosos sobre utilização de comunicações, viaturas e outros bens municipais; maximização dos preços cobrados no âmbito dos tarifários nos setores da água, saneamento e resíduos; optimização das taxas; redução das dívidas a terceiros de acordo com plano estabelecido;

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

No memorando, a ANMP reconhece a necessidade de disciplinar a execução orçamental da Administração Pública, incluindo o controlo de endividamento de curto prazo dos Municípios, comprometendo-se a diligenciar junto dos seus associados no sentido de promover o seu integral cumprimento.

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Por sua vez, o Governo reconhece as dificuldades práticas que a aplicação da LCPA pode trazer para alguns Municípios, tendo-se comprometido a facilitar a aplicação dos procedimentos, nomeadamente, com a adaptação das normas transitórias, a diligenciar ações de formação para dirigentes e trabalhadores, a garantir o apoio e a monitorização da IGF e da DGAL, a garantir a aprovação de um manual de procedimentos específicos para Administração Local, a garantir o apoio técnico no trabalho das software houses, a assegurar o cumprimento destas medidas até 31 de julho e, também, a envidar esforços para que sejam transmitidas aos Municípios, as data previsíveis de pagamentos que têm em atraso, por forma a permitir o cálculo dos respetivos fundos disponíveis.

No entanto, a LCPA está em vigor e o decreto regulamentar foi publicado a 21 de junho tendo entrado em vigor no dia seguinte.

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Vem o memorando “dizer” que todo o aumento de receita deste imposto, resultante do processo de avaliação geral em curso, deve ser consignado à consolidação orçamental e que no caso dos Municípios com dívidas ao estado, deverá ser canalizado integralmente para esse pagamento, ou caso tal dívida não exista, servirá para amortização de dívida de médio e longo prazo dos Municípios.

Reforma da Administração Local

O documento é particularmente vago neste tema, reduzindo-se o documento a reafirmar a necessidade de reforma e de modernização da administração local.

MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

Libertação de recursos de pelo menos de 250 milhões de euros, que será afetado aos programas “Impulso Jovem” e “Equipamentos Escolares”, o que significa, o descomprometimento de verbas de candidaturas já aprovadas, mas que apresentam baixas taxas de execução, bem como, a não abertura de avisos para novas candidaturas até final do QREN;

Garante a comparticipação de 85% das candidaturas já aprovadas.